

Estudo aponta benefícios econômicos no controle do cancro cítrico

Trabalho acadêmico evidencia elementos que permitem comparar as possíveis alternativas de prevenção e controle da doença

O setor citrícola nacional erradica plantas contaminadas com o cancro cítrico desde quando foi identificado pela primeira vez no Brasil, em 1957. “O cancro tem uma disseminação mais limitada, de modo que a erradicação mostra-se mais eficiente. A eliminação de plantas dentro de um raio de 30 metros ao redor da planta sintomática, quando a incidência no pomar é menor que 0,5%, é suficiente”, aponta Armando Bergamin Filho, docente do Departamento de Fitopatologia e Nematologia (LFN), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/Esalq).

No entanto, a partir de 2009, o governo decidiu parar com a obrigatoriedade da erradicação de todas as plantas nos talhões com incidência superior a 0,5% de plantas contaminadas com o argumento de que a doença estava sob controle. Os efeitos dessa relevante mudança na política paulista de controle da doença já são sentidos e, em apenas três anos, o cancro teve sua incidência aumentada em 893% nos pomares do estado.

Com objetivo de analisar os benefícios econômicos de manter o cancro cítrico sob controle, André Sanches, economista, pós-graduando em economia aplicada na Esalq, avaliou a magnitude dos prejuízos evitados com a prevenção e/ou controle da doença em cenários de curto, médio e longo prazos.

O trabalho teve orientação de Sílvia Helena Galvão de Miranda, professora do departamento de Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) e evidenciou elementos que permitem comparar as possíveis alternativas para garantir a sustentabilidade econômica da atividade em São Paulo.

O projeto teve duração de dois anos, de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, e contou com o apoio técnico e financeiro do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) para o

desenvolvimento da pesquisa.

“O projeto foi todo conduzido na Esalq, mas foram realizadas reuniões entre pesquisadores e profissionais do setor citrícola, entre eles produtores e consultores, bem como visitas a pomares em regiões que vivem o problema do cancro. O objetivo dessa interação com o setor foi tornar os parâmetros adotados nas simulações mais próximos possíveis do que, de fato, é observado no campo”, explica o autor.

Neste estudo, foram considerados custos com a inspeção e a erradicação das plantas contaminadas. “Como alguns produtores já adotam pulverização do pomar com cúpricos, esta também foi adicionada como componente dos custos de manejo da doença. Um custo adicional ao setor produtivo não considerado neste trabalho é o do replantio das plantas cuja suscetibilidade à doença é mais elevada, as chamadas variedades precoces, cuja produção é inviável num cenário de convívio com a doença”, reforça Sanches. Estima-se que, atualmente, 20% do parque citrícola paulista é composto por variedades precoces.

Médio e longo prazo

A questão do horizonte de tempo avaliado mostrou-se fundamental no processo de tomada de decisão em investir na prevenção e controle da doença, ou assumir um cenário de manejo, pois a relação benefício-custo de manter o controle do cancro apresentou diferença expressiva com relação ao cenário doença em expansão, quando avaliado no médio e longo prazos.

“As relações benefício-custo para as situações de prevenção e controle são significativamente superiores comparadas às do cenário do cancro em plena expansão (sem controle) quando se consideram mais anos de vida para o pomar, de modo que os ganhos da política de defesa fitossanitária são mais claros em uma análise de médio e longo prazos”, destaca o economista.

No acumulado de cinco anos, a prevenção ao cancro cítrico evita perdas no valor de R\$ 1,61 para cada real investido; enquanto que, no acumulado de 20 anos, essa relação benefício-custo passa para R\$ 12,82. Já no cenário em que

90% dos talhões contaminados não são erradicados, a relação é de negativos R\$ 0,23 em perdas evitadas para cada real investido no manejo, no acumulado de 5 anos, e de R\$ 0,35, em 20 anos.

Os resultados indicam, ainda, que a diferença entre a produção na situação em que o parque investe na prevenção ao cancro e a situação em que a doença se expande sem controle aumenta significativamente ao longo do tempo. Essa diferença, no acumulado de 5, 10, 15 e 20 anos, é de cerca de 17,8; 113,3; 322,8 e 611,7 milhões de caixas, respectivamente, em favor do cenário de prevenção.

“Estes resultados (em termos de redução na produção) não consideram o fato do cancro causar prejuízos ainda mais drásticos quando parte das frutas produzidas é destinada ao mercado de mesa e não apenas ao industrial. Ressalta-se que o cancro cítrico compromete a comercialização da fruta, pois além de impedir o transporte, afeta significativamente sua qualidade”, lembra o pesquisador.

O estudo contribui para a definição da estratégia adotada pela iniciativa privada quanto à prevenção e controle da doença já que os impactos econômicos tendem a se disseminar ao longo da cadeia produtiva, atingindo a indústria processadora, a de insumos e consumidores domésticos e internacionais.

“Portanto, os resultados corroboram as vantagens econômicas de manter o cancro cítrico sob controle no Estado de São Paulo, demonstrando que no médio e longo prazo, a escolha do setor como um todo, de investir no controle e, principalmente, na prevenção à doença é financeiramente melhor comparada à opção de apenas um percentual do parque citrícola fazer o controle, e mesmo melhor do que a opção pelo convívio com a doença, como ocorre no Paraná”, arremata.

